

Economia - Brasil

Política econômica vive encruzilhada

Raul Velloso sugere aumento do superávit primário para evitar turbulências e alerta para a disparada da taxa de risco do país

SÔNIA ARARIPE E
RODRIGO DE ALMEIDA

A política econômica, depois de navegar em céu de brigadeiro, atravessa agora turbulência, com desfechos que irão depender da reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe. O diagnóstico é do consultor Raul Velloso, um especialista na análise das contas públicas do país. Com a experiência de quem acompanha, nos últimos anos, os humores dos mercados, Velloso adverte que a taxa de risco praticamente dobrou de janeiro até agora e não restarão muitas saídas.

É realmente um dilema. Não tem plano B. Ou o governo anuncia um aumento do superávit primário (*a diferença entre receitas e despesas, sem contar o pagamento de juros da dívida*) ou então aceita pagar parte da dívida – sugere o economista.

Velloso antecipa para o *Jornal do Brasil* a sua tese que será apresentada hoje, de manhã, no primeiro debate do 16º Fórum Nacional, realizado na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A primeira palestra será do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a participação no debate do economista Affonso Pastore e intervenções dos sindicalistas Luiz Marinho, Paulo Pereira da Silva, além do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro, e do secretário de Po-

lítica Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa.

Com base em gráficos, o economista mostrará que a taxa do risco país é hoje de 7,6%, contra 4,1% em janeiro. Enquanto isso, o mesmo indicador no México, emergente concorrente do Brasil, está em 2,2%.

– É errado imaginar que o mercado faz um conluio, combina que vai derrocá-la alguma economia. Em uma economia fortemente integrada é assim. Estamos pagando o preço por não termos feito o ajuste correto que deveríamos. Já começamos a sentir saídas de capitais.

O preço tem medida e número certo: elevação do superávit primário, dos atuais 4,25% para cerca de 5,35% do PIB. Velloso chegou ao novo tamanho do aporte nas contas públicas em um cálculo em que compara quatro variáveis: a taxa de juros reais, a taxa de câmbio, a relação dívida/PIB e o próprio superávit primário.

O 1,1 ponto percentual a mais de superávit, segundo o economista, permitirá ao governo estancar o tamanho da dívida em relação ao PIB e, com isso, mostrar aos investidores que tem condição de pagá-la. Hoje, a dívida pública ultrapassa 57% da riqueza produzida no país. E o dilema é que corre o risco de auto-alimentar um círculo vicioso, teme Velloso.

– Só com o aumento do supe-

rávit será possível ao governo mostrar que tem disposição e capacidade para pagar o que deve – afirma. – O superávit atual não é mais suficiente para manter a trajetória de queda da dívida anterior, a não ser que mude o risco.

Velloso enumera vários itens negativos que deixaram os investidores desconfiados e elevaram a taxa de risco brasileira: primeiro, o Estatuto do Idoso, que ampliou um grande programa assistencial do governo; segundo, a notícia sobre contratação de servidores públicos; terceiro, o reajuste acima da infla-

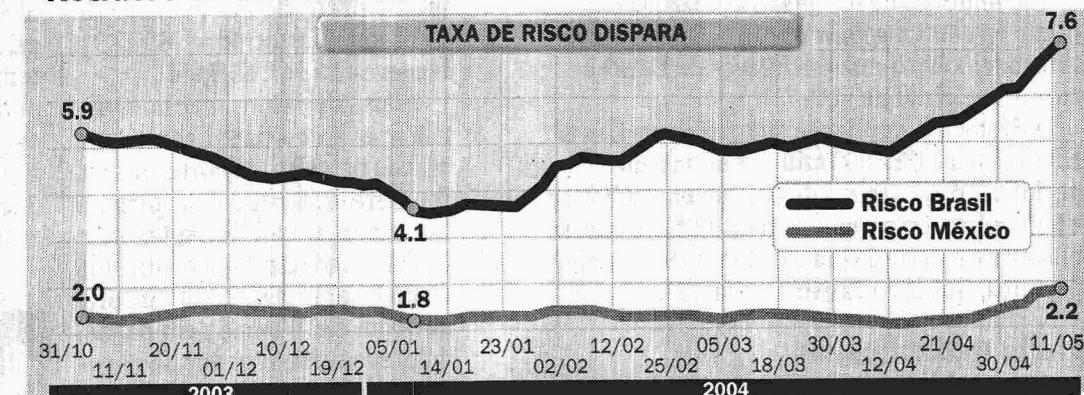
ção concedido ao funcionalismo; quarto, o “esqueleto” do INSS que, segundo Velloso, o governo está hesitando em tratar – R\$ 12,3 bilhões de dívidas, somados a um aumento permanente de R\$ 2,3 bi-

lhões nos gastos. E, por fim, o que ele chama de “sinais dubios” do governo Lula frente às crescentes pressões nos gastos correntes do Estado.

– São elementos que vão manter as nuvens carregadas. O governo agora precisa mostrar que está do lado da equipe de Palocci. Afastar-se do que este núcleo defende pode ser um tiro no pé – adverte.

Apesar de considerar o exemplo chileno “muito batido”, o consultor brinca que este é hoje o melhor modelo para o Brasil.

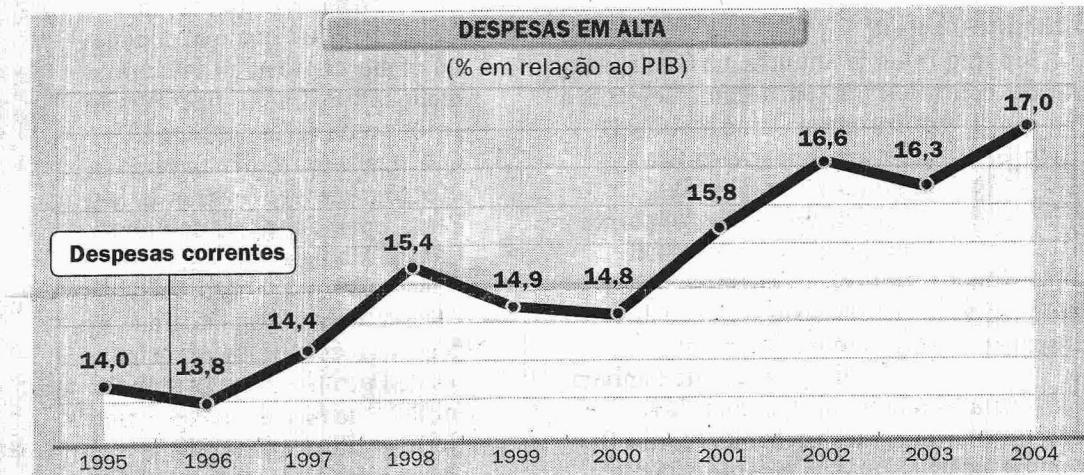
Retratos da turbulência



Obs.: Dados do JP Morgan



Obs.: Cálculo levando em conta a dívida pública em relação ao PIB, os juros reais e o superávit primário



Fonte: Raul Velloso